

**EXMO(A) PREGOEIRO(A) E DOUTA EQUIPE DE APOIO REPRESENTANTES DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS – IFAM**

Pregão Eletrônico nº 14/2023, a ser realizado em 04/01/2024 às 10h

Processo Administrativo nº 23443.013757/2023-54

COMERCIAL USUAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.050.075/0001-91, com sede na Rua Bom Jesus de Iguape, 960 - Hauer, Curitiba/PR, CEP 81.610-940, Caixa Postal: 16509 (CEP. 81.520-981), vem por meio desta, com base no **artigo 164 da Lei 14.133/21 e subitem 13.1, do Edital**, realizar a devida **IMPUGNAÇÃO** ao Ato Convocatório, a fim de evitar a anulação do presente certame.



Da tempestividade.

Como se verifica da legislação aplicável e do subitem 13.1 do Instrumento Convocatório, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Assim, sendo prevista a abertura para 04/01/2024, a presente Impugnação se mostra plenamente tempestiva.

Dos Fatos.

Esta EPP, experiente no âmbito de fornecimento de equipamento antifurto, se interessou em participar da presente licitação com objeto “**Aquisição de solução de Gerenciamento Operacional e de Segurança com tecnologia RFID para as Bibliotecas do IFAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**”, tendo em vista a descrição de equipamento por si comercializado.

Entretanto, ao analisar o Ato Convocatório, verificou-se em seu descritivo característica extremamente preocupante, capaz de impossibilitar qualquer concorrência, violando assim Princípio Constitucional norteador de toda licitação, como se verá.

Da licitação.

Como se sabe, a licitação é o meio pelo qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações, cuja razão de existência é proporcionar a Seleção da Proposta Mais Vantajosa à Administração e, conseqüentemente, ao interesse público que será atendido através dessa contratação.

Todavia, para que haja essa Seleção, necessário se faz delimitar os filtros que caracterizarão a proposta como sendo a Mais Vantajosa.

Entre esses crivos se encontra a correta descrição do equipamento a ser adquirido, de forma delimitar os requisitos da proposta.

Não é demais lembrar que tanto a licitação quanto o negócio jurídico dela decorrente se realizam através do dinheiro público, razão pela qual a legislação é não excessiva, mas devidamente rígida no que tange às ações administrativas que levarão à essa aquisição, entre elas o descritivo editalício, extremamente necessário à Seleção da Proposta Mais Vantajosa, como já demonstrado.

Assim, a necessidade de uma descrição correta nasce não somente da simples lógica, como também da legislação ampla e específica, conforme artigos 6º, XIII, XXIII, a) e c) e 9º, I, a) e c) da Lei 14.133/21, cita-se:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: **aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;**

(...)

XXIII - termo de referência: **documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:**

a) **definição do objeto**, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

(...)

c) **descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;**

(...)

Art. 9º **É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:**

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:**

a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório,** inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

(...)

c) **sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;**”
(grifou-se)



Logo, a correta descrição do objeto, sem características que limitem a competição, é dever Legal da Administração pelo Princípio Constitucional da Legalidade, segundo o qual, nas palavras de Hely Lopes Meirelles:

“Na administração pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a Lei não proíbe, **na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.** **A lei** para o particular significa ‘pode fazer assim’, **para o administrador público significa ‘deve fazer assim’** (Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, 16ª. Ed-Editora Revista dos Tribunais, 1991, pág.78). **(grifou-se)**

Desta forma, para a Seleção da Proposta Mais Vantajosa é também necessária a correta delimitação do que será proposto, deixando clara a necessidade a afastando requisições restritivas que contrariem o interesse público ou dificultem a ampla Concorrência.

Do descritivo.

Em análise ao Ato Convocatório, em especial ao Anexo I – Descrição do objeto, verificou-se o seguinte descritivo:

“Sistema de detecção composto por duas antenas RFID instaladas na entrada/saída da biblioteca com o objetivo de identificar os itens e alertar tentativas de retiradas não autorizadas dos materiais do acervo pelos usuários, com as seguintes características:

- a) Conjunto composto por duas antenas com altura mínima de 1,75m, com opções de acabamento, transparente ou em cores, e várias configurações de cores do sinal luminoso do alarme, para melhor combinação com a decoração da biblioteca;
- b) Desempenho excelente da detecção, com alcance de leitura de pelo menos 18" (46 cm) em ambas as direções de cada portal /haste do sistema e capacidade de oferecer o ótimo desempenho quando instalado a partir de 45 cm de uma peça / viga de aço;
- c) Sistema em conformidade com as normas brasileiras de acessibilidade oferecendo um corredor de passagem com largura de no mínimo 0,90 m;
- d) Deve possuir robusta base metálica, tapete de alto fluxo, ou opção de montagem diretamente sobre o piso;

- e) Contador de fluxo com tecnologia de radar integrado com software de estatística. Deve apresentar além do software de estatística, visor embutido na antenna com dados de entrada e saída separadamente. O mesmo visor deve apresentar código de erros para diagnóstico de falhas de funcionamento. A tecnologia do contador de fluxo deverá ser por meio de radar e não de infravermelho para assegurar assertividade dos dados. Um sensor bidirecional incorporado deverá detectar a aproximação de usuários para ativar a antenna, a fim de economizar energia, operando em modo stand-by e utilizando energia mínima quando não há pessoas passando;
- f) As etiquetas RFID deverão ser detectadas independente de sua orientação no vão da antenna. **Detectar etiquetas com protocolo AFI e EAS, e que operem frequência de 13.56 MHz** com leitura de no mínimo 8 etiquetas por segundo e suportar múltiplos modelos de codificação de dados RFID simultaneamente;
- g) Operação **com frequência 13,56MHz, atendendo às ISO 18000-3 mode 1, ISO 15693 e ISO 28560;**
- h) Comunicação de dados com a rede da biblioteca com opção por cabo ou wi-fi, necessitando de uma única conexão para um conjunto de até 3 antenas/hastes;
- i) O conjunto de antenas deverá funcionar de forma independente e não deverá requerer um servidor separado para a operação
- j) Alarmes audíveis e visíveis integrados que disparam simultaneamente, com duração ajustável e ajuste de volume pelo Operador, que possibilitam diferentes configurações de sinal para disparos na entrada ou saída de materiais não autorizados;
- k) Sistema com dispositivo alarmante que é acionado apenas quando um usuário está presente no corredor com etiquetas RFID com status de segurança ativo, para evitar eventuais falsos alarmes;
- l) Fornece a segurança do item, mesmo quando o Software de Gerenciamento da Biblioteca e/ou a rede lógica estão off-line ou não funcionando;
- m) **As antenas deverão ser integradas ao sistema de gestão da biblioteca por meio do protocolo SIP2 para que a equipe possa identificar rapidamente itens que gerarem alarme (ID (código de barras), título dos itens, hora exata, e o ID do pedestal). A licitante deve apresentar carta de homologação do protocolo de comunicação SIP2 com o software de gerenciamento de acervo datada dos últimos 12 meses.** Serão aceitos de desenvolvedores nacionais ou internacionais, se em língua estrangeira devidamente traduzidas e juramentadas, dos seguintes softwares, mas não se limitando a eles: Pergamum, Sophia do Prima, SIABI. As antenas deverão funcionar por meio do protocolo TCP/IP utilizando conexão cabeada LAN física. **A antenna deve vir acompanhada de software para ser instalado em um PC fornecido pela biblioteca rodando em Windows 7 ou Windows 10.**



n) Grupos de antenas podem ter “apelidos” ou “nomes” designados, com gestão de tráfego por grupo de antena. O software da antena deverá ser passível de integração com sistema de vídeo e de dispositivos externos, como CCTV (CFTV) e/ou catracas que possam ser conectadas; 12 Grupos de antenas podem ter “apelidos” ou “nomes” designados, com gestão de tráfego por grupo de antena. O software da antena deverá ser passível de integração com sistema de vídeo e de dispositivos externos, como CCTV (CFTV) e/ou catracas que possam ser conectadas.

o) Deverá permitir uso de licença de software de gerenciamento e monitoramento remoto de controle de hardware e software. A comunicação de sistema deverá ser via cloud computing, acessado remotamente de qualquer computador por navegação web, suportando o protocolo HTTPS, garantindo a segurança das informações. O software deverá monitorar e atualizar o equipamento durante seu funcionamento. Hardwares com erros ou problemas deverão ser diagnosticados imediatamente, bem como seus periféricos;

p) Modo de operação com baixo consumo de energia, com indicação de correto funcionamento;

q) Alimentação elétrica 120-220VAC, 50-60Hz, 5A, com chave liga/desliga;

r) O equipamento deverá possuir homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);

s) Garantia mínima de 12 meses.

***INCLUSO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM E TREINAMENTO.* (grifou-se)**

Do descritivo supra verifica-se características bem específicas, quais sejam as requisições:

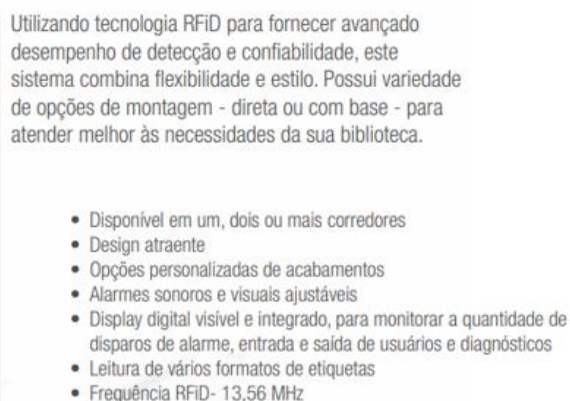
- Detecção de etiquetas com protocolo AFI e EAS que operem frequência de 13.56 MHz, atendendo às ISO 18000-3 mode 1, ISO 15693 e ISO 28560;
- Antenas integradas ao sistema de gestão da biblioteca por meio do protocolo SIP2, com carta de homologação do protocolo de comunicação SIP2;
- Necessidade de software para ser instalado em um PC fornecido pela biblioteca rodando em Windows 7 ou Windows 10.

Como anteriormente citado, esta EPP possui ampla experiência no fornecimento de equipamentos antifurtos, razão pela qual identificou na característica supra componente exclusivo da marca BIBLIOTHECA.

Cumprе ressaltar que o mercado referente ao Sistema requerido não é muito amplo no Brasil, razão pela qual a manutenção das características restritivas ensejará a participação de apenas uma Fábrica/revenda específica.

Dito isto, cumprе iniciar salientando que, ao fazer a juntada de todas as especificações constantes no Lote Único, temos que **somente** a fabricante **BIBLIOTHECA**, poderá atender a íntegra do solicitado em todos os itens, não sendo possível citar sequer mais um fabricante capaz de reunir todas estas especificações, restando em vício direcionado.

É exigido a configuração de “**Deteção de etiquetas com protocolo AFI e EAS que operem frequência de 13.56 MHz, atendendo às ISO 18000-3 mode 1, ISO 15693 e ISO 28560**”, todavia, referida frequência, além de ser antiga – e exatamente por esse motivo – é utilizada exclusivamente pela marca **3M**. Vejamos um recorte do catálogo da citada máquina: ¹



Cumprе ainda ressaltar que as normas ISO supracitadas fazem referência à referida frequência, ainda que obsoleta, pelo que também se mostram indevidas, sendo inclusive vedado esse tipo de requisição pelo Tribunal de Contas da União, veja-se:

¹ Fonte do recorte acima: Site oficial do fabricante 3M. <https://multimedia.3m.com/mws/media/992137O/3m-catalogo-sistemas-para-bibliotecas.pdf>

"E irregular a exigência de certificação ISO e outras assemelhadas para habilitação de licitantes ou como critério de desclassificação de propostas. [...]" (grifou-se) (Acórdão 1542/2013-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE)

Ainda, na mesma linha de raciocínio, o mesmo Tribunal já proferiu compreensão sobre a exigência de certificações semelhantes ou equivalentes à ISO 9000:

"E vedada a exigência de certificados da série ISO 9000, pois importa em restrição ilegal ao caráter competitivo do certame. [...]" (grifou-se) (Acórdão 1708/2003-Plenário | Relator: MARCOS VINÍCIOS VILAÇA)

Logo, observa-se como indevida a requisição de obediência às referidas Normas, ainda mais ao se observar a citação de tecnologia praticamente obsoleta (detecção de frequência de 13,56 MHz) para os fins da tecnologia RFID.

Mesma razão alcança a requisição de detecção de etiquetas com Protocolo AFI e EAS, visto serem específicas à frequência 13,56 MHz, qual não produz qualquer vantagem ao equipamento.

Ocorre que, como supracitado, essa tecnologia (detecção de frequência 13.56 MHz – alta frequência) é antiga e praticamente obsoleta, tendo sido substituída pela detecção de frequência de 920MHz (ultra-alta frequência), qual é a mais utilizada no Brasil, conforme:

<https://bgsystems.com.br/?p=4641>

Não obstante, sendo requerido equipamento de segurança, verificamos que a frequência de 13,56 MHz é totalmente incompatível com o objeto da Licitação, uma vez que tal tecnologia, utilizada pela empresa **Bibliotheca**, teve comprovada sua ineficácia e fragilidade no que tange os princípios de segurança de acervos, tal qual objetivo do “Sistema Antifurto”, operando na frequência de “13,56MHz”. Tal fragilidade é verificada em vista ao objeto ser de grande tamanho, com relação as atuais tecnologias, pois, possuindo grandes dimensões, acaba se tornando de fácil visualização e totalmente acessível ao usuário, permitindo que exista a possibilidade

de retirada da etiqueta do livro ou até mesmo a destruição o circuito interno, assim facilitando furtos.

Logo, é demonstrada a requisição de característica restritiva que nem ao menos provê qualquer vantagem ao equipamento.

Ainda, mais uma evidencia ao direcionamento é observada da requisição de “Antenas integradas ao sistema de gestão da biblioteca por meio do protocolo SIP2, com carta de homologação do protocolo de comunicação SIP2”, visto que, a única e exclusiva detentora do protocolo de comunicação SIP2 trata-se da marca/fabricante internacional **3M**, a qual tem sua distribuição nacional realizada exclusivamente pela empresa **Bibliotheca Sistemas do Brasil**, excluindo assim a participação de qualquer outra licitante e, conseqüentemente, ficando totalmente explícito o direcionamento, haja visto que outras empresas não detêm de carta de homologação emitida pela empresa **3M**. Vejamos:

<https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/libraries/article/68279-3m-sells-library-business-to-bibliotheca-proquest-buys-ex-libris.html>

Não obstante, cumpre ressaltar que nenhuma outra Fabricante ainda pratica a “Integração” ao sistema da Biblioteca, mas realiza-se a instalação por API aberto, de modo que a biblioteca não se encontrará restringida pelo sistema.

Por fim, observa-se na requisição de “software para ser instalado em um PC fornecido pela biblioteca rodando em Windows 7 ou Windows 10” característica não apenas restritiva como inútil.

Ocorre que atualmente a tecnologia RFID avançou ao ponto de não ser mais necessária a “instalação” de software em determinado PC para o funcionamento do equipamento.

De modo geral, atualmente toda a operacionalização se dá através da nuvem por acesso via navegador, excluindo-se a necessidade de um PC específico para atuar quase como um servidor após a instalação de software, inutilizando quaisquer outros usos ao equipamento.



Assim, as tecnologias atuais permitem um acesso suave ao utilizador, excluindo-se a necessidade de disposição de um PC exclusivo para a operação do equipamento.

Logo, observa-se que a requisição de “instalação de software em PC” trata-se de requisição de tecnologia antiga que não trará vantagem alguma ao Instituto, pelo contrário, gerará um atraso tecnológico em seu sistema.

Cumprе frisar que esta EPP possui grande experiência no fornecimento de equipamentos anti-furto, tendo trabalhado, inclusive, com a Marca RFID, detentora de alta tecnologia no ramo de equipamentos antifurto, de modo que, em análise ao Edital, observou-se que, sendo requisitadas tecnologias ultrapassadas, a Fabricante RFID estará impossibilitada de participar do certame.

Do exposto, verifica-se a existência de Marca dedicada ao fornecimento específico de Sistema Antifurto que será excluída do presente certame devido à característica descritiva que nem mesmo provê qualquer vantagem ao equipamento.

Assim, verifica-se que a requisição de características exclusivas da Fabricante Bibliotheca, além de outras requisições desnecessárias, quais restringem sobremaneira a competição nesta licitação, ferindo de morte o Princípio da Ampla Concorrência.

Do Princípio da Ampla Concorrência.

O Princípio da Ampla Concorrência visa o objetivo licitatório da Seleção da Proposta Mais Vantajosa à Administração, pois a Seleção da Proposta Mais Vantajosa implica na existência de outra menos vantajosa.

Assim, a fim de que os licitantes disputem a fase de lances, realizando ofertas cada vez menores em relação ao seu concorrente, chegando à oferta de menor preço que satisfaça a necessidade administrativa delimitada no descritivo, necessária se faz a Ampla Concorrência.

Cumprе ressaltar que a restrição da competitividade é defesa pela Constituição Federal em seu artigo 37, XXI, bem como nos artigos 5º e 9º, I, a) e c) da Lei 14.133/21, cita-se os mais específicos:

Constituição Federal

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, **compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**”
(grifou-se)

Lei 14.133/21

Art. 5º **Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, **do interesse público**, da probidade administrativa, **da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia**, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, **da competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, **da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

(...)

Art. 9º **É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos**, ressalvados os casos previstos em lei:

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:**

a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

(...)

c) **sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;**.”

(grifou-se)



Como se observa, o legislador foi categórico ao excluir da licitação toda e qualquer característica que possa frustrar a competição do certame, pois, como observado, sem competitividade não é possível a Seleção da Proposta Mais Vantajosa.

Cumpramos ressaltar que o tratamento legislativo quanto à vedação de características restritivas à competitividade é tão severo que uma vez configurado possível direcionamento, por qualquer característica restritiva que seja, o Tribunal de Contas da União tem entendido pela anulação do Certame, veja-se:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. DIVERSAS FALHAS. INFORMAÇÕES CONTRADITÓRIAS NOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL. **RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO. POSSÍVEL DIRECIONAMENTO DO CERTAME. CONHECIMENTO. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO SUSPENSO. OITIVA. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME** E PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS QUANTO AOS INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. CIÊNCIA.

(...)

CONCLUSÃO

23. As informações e documentos apresentados evidenciam a existência de graves ilegalidades, que maculam irremediavelmente a licitação em análise. Além dos itens restritivos evidenciados nos requisitos para qualificação técnica, houve a recusa irregular de lances de licitantes, o que favoreceu a empresa Infomanager, que foi considerada vencedora da licitação.

24. Como requisito de qualificação técnica, os licitantes deveriam expedir declaração da disponibilidade de equipamentos, instalações físicas e pessoal especializado localizados em Macapá/AP, o que, evidentemente, afasta empresas instaladas em outros estados da federação, e configura direcionamento da licitação para empresas sediadas em Macapá.

(...)

VOTO

Preliminarmente, merece conhecimento a representação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade.

2. No mérito, concluo, em linha de concordância com a Secex-AP e com o Ministério Público junto ao TCU, que a licitação em apreço padece de vários vícios que a maculam com a eiva da nulidade, cabendo expedir-se determinação à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá – SAMF/AP,

para que adote as providências necessárias à anulação do certame, nos termos preconizado pelo art. 49, caput, da Lei n. 8.666/93.

(...)

4. Do rol acima, chama atenção a exigência ilegal de localização prévia de equipamentos, o que **cerceou frontalmente a competitividade do certame, vez que, das treze empresas que participaram da licitação, apenas duas estão instaladas em Macapá/AP, e seriam as únicas a preencher o requisito de qualificação técnica em comento.**

(...)

9. Comento, agora, o que me parece ser o indicativo mais claro da necessidade de se promover a anulação do certame e que toca em conduta dos gestores a ser investigada mais aprofundadamente, por conter indícios de direcionamento do certame.

(...)

12. Ora, não se vislumbra nenhuma justificativa plausível que considere que uma proposta de R\$ 0,77 seja inexequível se comparada a uma outra, considerada vencedora, pelo valor de R\$ 0,79. **Eis aí um vício insanável que merece o aprofundamento das investigações, no sentido de se verificar o direcionamento da licitação que, caso tenha ocorrido, enseja a aplicação de severas penas contra os agentes públicos envolvidos.**

(...)

13. Diante de todo o quanto analisado pela Secex-AP, do crivo do MP/TCU que corroborou as propostas de encaminhamento e do até aqui exposto neste voto, **entendo que o procedimento em análise conduzido pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá – SAMF/AP atentou gravemente contra os princípios constitucionais da moralidade e da igualdade entre os licitantes, situação que demanda, a meu ver, a expedição de determinação para que o órgão adote as providências necessárias à anulação do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2011, nos termos preconizados pelo art. 49, caput, da Lei nº 8.666/93 e sob a autoridade do disposto no art. 45, caput, da Lei nº 8.443/92.**

14. Passo seguinte, **caso a administração tenha interesse em contratar o objeto pretendido, deverá realizar outro certame, escoimado das falhas e irregularidades evidenciadas nestes autos.** Cabível, portanto, cientificar o órgão acerca das ocorrências a serem prevenidas em futura licitação.

(...)

17. No mais, **adiro à proposta da Secex-AP, complementada pelo MP/TCU, no sentido de se ouvir em audiência o pregoeiro, Sr. Raimundo José da Luz Nascimento, e o Superintendente da SAMF/AP, Sr. Carlos Guilherme Oliveira de**



Melo, acerca dos indícios de direcionamento do procedimento licitatório para a empresa Infomanager Ltda.

18. Somente faço pequeno reparo na proposta da unidade técnica, no sentido de que o rol de irregularidades que motiva as audiências **resta absorvido e se enfeixam em aspectos que culminam com a falta mais grave, no caso, o possível direcionamento do certame**. Assim, ajusto os termos das audiências ao contido na minuta de acórdão apresentada na sequência.

Isto posto, voto no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que submeto a este colegiado”. (TCU – Acórdão 8682/2011. Rel. Min. Valmir Campelo – Primeira Câmara, Sessão em 27/09/2011) **(grifo nosso)**.

Em consonância com o Acórdão supra verifica-se que, mantidas as características restritivas ora impugnadas (frequência de 13,56 MHz, requisição de Normas ISO, etiquetas com Protocolo AFI e EAS, protocolo SIP2, integração do protocolo ao sistema da biblioteca e instalação de software em PC), somente a fabricante BIBLIOTHECA será capaz de fornecer equipamento que atenda ao Edital, impossibilitando assim qualquer competição e violando a Seleção da Proposta Mais Vantajosa à Administração, princípio norteador de toda licitação.

Logo, devida é a retirada das características restritivas do presente certame, seja pelo Deferimento da Impugnação ou por Decisão do Tribunal de Contas.

Dos pedidos.

Considerando que o equipamento descrito possui características exclusivas da marca Bibliotheca.

Considerando a existência de tecnologia superior à detecção de frequência de 13,56 MHz.

Considerando o posicionamento da Corte Maior de Contas acerca da característica restritiva das requisições de Certificação ISO para habilitação de licitantes ou como critério de desclassificação de propostas.

Considerando que as etiquetas AFI e EAS correspondem à frequência de 13,56 MHz.

Considerando que o protocolo SIP2 é característica exclusiva da Marca Bibliotheca.

Considerando que não há mais necessidade de integração do protocolo junto ao sistema da Biblioteca, sendo realizada instalação através de API aberto que não restringe a atuação da compradora.

Considerando que não há mais instalação de software em PC para funcionamento do equipamento, bastando a conexão na nuvem acessível por navegador, de forma mais leve e célere sem necessidade de PC exclusivo.

Considerando que a legislação é clara ao vedar exigências inúteis que restrinjam a Ampla concorrência.

Considerando que a manutenção das características restritivas ensejará a anulação da presente licitação.

Considerando as características omissas e desatualizadas supracitadas.

E com base na argumentação, legislação, doutrina, jurisprudências e Súmula apresentadas, esta EPP vem requerer:

- a) Seja retirada do descritivo editalício do item nº 1 a exigência de “Detectar etiquetas com protocolo AFI e EAS, e que operem frequência de 13.56 MHz” e “Operação com frequência 13,56MHz, atendendo às ISO 18000-3 mode 1, ISO 15693 e ISO 28560”, pelas razões acima expostas, de forma a propiciar a Ampla Concorrência;
- b) Seja modificada a requisição de frequência 13,56 MHz para a atual de 920 MHz, de forma a propiciar a Ampla Concorrência;
- c) Sejam retiradas todas as requisições referentes ao “protocolo SIP2”, uma vez tratar-se de característica exclusiva de Marca específica, de forma a propiciar a Ampla Concorrência;



- d) Seja retirada a requisição de “integração do protocolo com o sistema da Biblioteca”, substituindo-a pela requisição de instalação por “API aberto”, permitindo uma maior liberdade ao Instituto e propiciando Ampla Concorrência;
- e) Seja retirada a requisição de “software para ser instalado em um PC”, substituindo-a por requisição de “acesso ao programa através da nuvem” que será acessível pela biblioteca por navegador, sem a necessidade de disponibilização de “PC” próprio para tal funcionamento;
- f) Seja manifesta decisão à presente Impugnação do prazo de até 3 (três) dias úteis, limitada ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, na forma disposta no subitem 13.2 do Edital, ou seja-lhe concedido efeito suspensivo conforme disposto no subitem 13.4.1 do mesmo Instrumento;

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba/PR, 27 de dezembro de 2023.

COMERCIAL USUAL LTDA – EPP
Paulo Roberto de Almeida
Administrador
CPF nº 297.956.569-53
RG nº 50.527.869-8 SESP/SP

14.050.075/0001-91
COMERCIAL USUAL LTDA – EPP
RUA: BOM JESUS DE IGUAPE, 960
HAUER - CEP: 81.610-040
CURITIBA – PR